

## CONTRATO-QUADRO PARA O FORNECIMENTO DE BENS

NÚMERO DO CONTRATO-QUADRO - 20xx/EMSA/NEG/5/2023

A Agência Europeia da Segurança Marítima (a seguir designada «entidade adjudicante»), com sede em Praça Europa 4, 1249-206, Lisboa, Portugal, número de registo para efeitos de IVA: 507 685 326, para efeitos da assinatura do presente contrato-quadro, representado por Andrea Iber, chefe de Apoio Jurídico, Financeiro & Instalações — Unidade 4.2,

por um lado, e

[denominação oficial completa]

[*forma jurídica oficial*]

[*número legal de identificação ou passaporte*]

[endereço oficial completo]

[Número de registo para efeitos de IVA]

[nomeado como líder do grupo pelos membros do grupo que apresentaram a proposta conjunta]

([coletivamente], «o contratante»), representado para efeitos da assinatura do presente contrato-quadro por [*nome próprio, apelido, função do representante legal e nome da empresa, no caso de uma proposta conjunta*]

[*No caso de propostas conjuntas, repetir estes dados tantas vezes quantos os contratantes e continuar a numeração*]

por outro lado,

## ACORDARAM

com as **condições específicas**, com as **condições gerais aplicáveis aos contratos-quadro de fornecimentos**, e com os seguintes anexos:

**Anexo I** Caderno de encargos (referência EMSA/NEG/5/2023 de [inserir data])

**Anexo II** Proposta do contratante (referência n.º [preencher] de [inserir data])

**Anexo III** Modelo de nota de encomenda

que fazem parte integrante do presente contrato (a seguir designado «CQ»).

O presente CQ estabelece:

1. O procedimento através do qual a entidade adjudicante pode solicitar fornecimentos ao contratante;
2. As disposições aplicáveis a qualquer nota de encomenda que a entidade adjudicante e o contratante possam celebrar ao abrigo do presente CQ; e
3. As obrigações das partes durante e após a vigência do presente CQ.

Todos os documentos emitidos pelo contratante (acordos com o utilizador final, termos e condições gerais, etc.), com exceção da sua proposta, são considerados inaplicáveis, salvo se expressamente mencionados nas condições específicas do presente CQ. Em todas as circunstâncias, em caso de contradição entre o presente CQ e os documentos emitidos pelo contratante, prevalece o presente CQ, independentemente de qualquer disposição em contrário nos documentos do contratante.

## **I — CONDIÇÕES ESPECÍFICAS**

### **ARTIGO I.1 - ORDEM DE PRIORIDADE DAS DISPOSIÇÕES**

Em caso de conflito entre diferentes disposições do presente CQ, devem ser aplicadas as seguintes regras:

- (a) As disposições estabelecidas nas condições específicas prevalecem sobre as das outras partes do CQ.
- (b) As disposições previstas nas condições gerais prevalecem sobre as da nota de encomenda (Anexo III).
- (c) As disposições constantes da nota de encomenda (anexo III) prevalecem sobre as dos outros anexos.
- (d) As disposições do caderno de encargos (Anexo I) prevalecem sobre as da proposta (Anexo II).
- (e) As disposições constantes das notas de encomenda prevalecem sobre as dos pedidos de fornecimento.
- (f) As disposições constantes dos pedidos de fornecimento prevalecem sobre as constantes das propostas/citações específicas.

### **ARTIGO I.2 OBJETO:**

O CQ tem por objeto: Fornecimento de bandeiras.

### **ARTIGO I.3 ENTRADA EM VIGOR E DURAÇÃO DO CQ**

- 1.3.1** O CQ entra em vigor na data da última assinatura das partes.
- 1.3.2** A execução do CQ não pode ter início antes da sua entrada em vigor.
- 1.3.3** O CQ é concluído por um período de 48 meses a contar da sua data de entrada em vigor.
- 1.3.4** As partes devem assinar todas as notas de encomenda antes do termo do CQ.

O CQ continua a aplicar-se a essas notas de encomenda após o seu termo de vigência. As entregas relativas a essas notas de encomenda devem ser entregues o mais tardar seis meses após o seu termo.

### **ARTIGO I.4 EXECUÇÃO DO CQ**

#### **1.4.1 Tipo de contrato**

O contratante é selecionado para um único CQ.

#### **1.4.2 Prazo para a execução dos fornecimentos**

O prazo para a execução dos fornecimentos começa a correr a partir da data indicada na nota de encomenda.

#### **1.4.3 Execução do CQ único**

No prazo de 10 dias úteis a contar da data de envio de um pedido de fornecimento pela entidade adjudicante, o contratante deve:

- enviar uma cotação devidamente assinada e datada, ou
- explicar porque motivo não pode aceitar o pedido de fornecimento.

A entidade adjudicante encomenda os fornecimentos enviando ao contratante uma nota de encomenda.

No prazo de 10 dias úteis, o contratante deve:

- devolver a nota de encomenda à entidade adjudicante, assinada e datada em papel<sup>1</sup>; ou
- explicar porque motivo não pode aceitar a encomenda.

Caso o contratante se recusar repetidamente a assinar as notas de encomenda ou não as enviar em tempo útil, pode considerar-se que não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do presente CQ, tal como estabelecido no artigo II.17.1, alínea c).

#### **1.4.4 Entrega**

Os fornecimentos devem ser entregues na sede da EMSA, na Praça Europa 4, 1249-206 Lisboa, Portugal, DDP.

O contratante deve notificar a entidade adjudicante da data exata de entrega com, pelo menos, dois dias de antecedência. As entregas podem ser efetuadas em qualquer dia útil durante o horário normal de trabalho, no local de entrega acordado.

### **ARTIGO I.5 — PREÇOS**

#### **1.5.1 Valor máximo do CQ e preços máximos**

O montante máximo para todas as compras ao abrigo do presente CQ é de [*montante em algarismos e por extenso*] euros. No entanto, tal não obriga a entidade adjudicante a adquirir o montante máximo.

Os preços dos fornecimentos são os indicados no anexo II.

#### **1.5.2 Índice de revisão de preços**

A revisão dos preços é determinada pela fórmula estabelecida no artigo II.19 e utilizando a tendência dos índices harmonizados de preços no consumidor (IHPC) Euro Area (HCIP — EA) disponível nas bases de dados do Eurostat (Tema: Economia e finanças; Preços) sítio Web: <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>.

### **ARTIGO I.6 — MODALIDADES DE PAGAMENTO**

#### **1.6.1 Pré-financiamento**

O pré-financiamento não é aplicável ao presente CQ.

#### **1.6.2 Pagamento intermédio<sup>2</sup>**

Para encomendas superiores a 1 000,00 EUR, o contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) pode solicitar um pagamento intermédio igual a 50 % do preço total referido na nota de encomenda correspondente, em conformidade com o artigo II.20.6, se os fornecimentos conexos tiverem sido entregues até ao rácio previsto.

O contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) deve enviar uma fatura através do sistema e-PRIOR, salvo acordo em contrário com a entidade adjudicante, para o pagamento intermédio previsto no caderno de encargos, acompanhada da receção dos fornecimentos assinado pelo pessoal autorizado da EMSA.

A fatura deve incluir uma descrição clara dos serviços prestados e fazer referência ao contrato a que se refere.

---

<sup>1</sup> Não aplicável se o contrato for assinado com QES pelo contratante.

<sup>2</sup> Aplicável apenas se a Entidade Adjudicante fizer referência a esta opção de pagamento no formulário de encomenda.

Todas as faturas devem indicar o número de IVA do contratante e da entidade adjudicante.

A entidade adjudicante deve aprovar todos os documentos ou fornecimentos apresentados e proceder ao pagamento no prazo de 30 dias a contar da receção da fatura.

Se a entidade adjudicante tiver observações a formular, deve enviá-las ao contratante (ou ao líder, no caso de uma proposta conjunta) e suspender o prazo de pagamento em conformidade com o artigo II.20.7. O contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) dispõe de 10 dias para apresentar informações ou correções adicionais ou novos fornecimentos, se a entidade adjudicante assim o exigir.

A entidade adjudicante deve dar a sua aprovação e proceder ao pagamento no prazo indicado, a menos que rejeite total ou parcialmente os documentos ou fornecimentos apresentados.

### **1.6.3 Pagamento do saldo**

O contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) pode exigir o pagamento do saldo em conformidade com o artigo II.20.6.

O contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) deve enviar uma fatura através do sistema e-PRIOR, salvo acordo em contrário com a entidade adjudicante, para o pagamento do saldo devido através de uma nota de encomenda, tal como previsto no caderno de encargos e acompanhada da receção dos fornecimentos assinados pelo pessoal autorizado da EMSA.

A fatura deve incluir uma descrição clara dos serviços prestados e fazer referência ao contrato a que se refere.

Todas as faturas devem indicar o número de IVA do contratante e da entidade adjudicante.

A entidade adjudicante deve aprovar os documentos ou fornecimentos apresentados e proceder ao pagamento no prazo de 30 dias a contar da receção da fatura.

Se a entidade adjudicante tiver observações a formular, deve enviá-las ao contratante (ou ao líder, no caso de uma proposta conjunta) e suspender o prazo de pagamento em conformidade com o artigo II.20.7.

O contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) dispõe de 10 dias para apresentar informações ou correções adicionais ou uma nova versão dos documentos, se a entidade adjudicante assim o exigir.

A entidade adjudicante deve dar a sua aprovação e pagar no prazo indicado, a menos que rejeite total ou parcialmente os documentos ou fornecimentos apresentados.

## **ARTIGO I.7 — CONTA BANCÁRIA**

Os pagamentos serão efetuados na conta bancária do contratante expressa em euros, identificada do seguinte modo:

Nome do banco:

Endereço completo da agência bancária:

Designação exata do titular da conta:

Código IBAN:

## **ARTIGO I.8 — DETALHES DA COMUNICAÇÃO**

Para efeitos do presente CQ, as comunicações devem ser enviadas para os seguintes endereços:

Entidade adjudicante:

Agência Europeia da Segurança Marítima  
Andrea Iber  
Chefe de Apoio Jurídico, Financeiro & Instalações - Unidade 4.2  
Praça Europa 4  
1249-206 Lisboa  
Portugal  
Correio eletrónico: EMSA\_Contracts@emsa.europa.eu

Contratante:

[Nome completo]  
[Função]  
[Nome da empresa]  
[Endereço oficial completo]  
Correio eletrónico: [preencher]

As faturas devem ser apresentadas através do sistema e-PRIOR, salvo acordo em contrário com a entidade adjudicante.

## **ARTIGO I.9 — TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

### **1.9.1 Tratamento de dados pessoais pela entidade adjudicante**

Para efeitos do artigo II.9, entende-se por:

- (a) responsável pelo tratamento dos dados é o chefe da Unidade 4.2 — Apoio Jurídico, Financeiro & Instalações;
- (b) aviso sobre a proteção de dados está disponível no sítio Web da EMSA.

### **1.9.2 Tratamento de dados pessoais pelo contratante**

Esta cláusula não é aplicável ao presente CQ.

## **ARTIGO 1.10 — RESCISÃO POR QUALQUER DAS PARTES**

Qualquer das partes pode rescindir o CQ e/ou o CQ e as notas de encomenda enviando uma notificação formal à outra parte mediante notificação escrita de três meses.

Em caso de cessação do CQ ou de uma nota de encomenda:

- (a) nenhuma das partes tem direito a indemnização;
- (b) o contratante só tem direito ao pagamento dos fornecimentos entregues antes de a rescisão produzir efeitos.

O segundo, terceiro e quarto parágrafos do artigo II.17.4 são aplicáveis.

## **ARTIGO I.11 — LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

**1.11.1** O CQ rege-se pelo direito da União, complementado, se necessário, pelo direito português.

**1.11.2** Qualquer litígio entre as partes relativo à interpretação, aplicação ou validade do CQ que não possa ser resolvido de forma amigável deve ser submetido aos tribunais de Lisboa, Portugal.

## ARTIGO I.12 — CONTRATO INTERINSTITUCIONAL

Esta cláusula não é aplicável ao presente CQ.

## ARTIGO I.13 — CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA

A execução do contrato entre a entidade adjudicante e o contratante pode ser automatizada através da utilização de uma ou mais das seguintes aplicações: e-Request, e-Catálogo, e-Ordering e e-Fulfilment e e-Faturação Eletrónica.

A utilização dos pedidos acima referidos pode ser disponibilizada pela Entidade Adjudicante durante o período de vigência do contrato.

## ASSINATURAS

Para o contratante,

[Nome da empresa/nome próprio/apelido/função]

assinatura: \_\_\_\_\_

Feito em:

Data:

Para a entidade adjudicante,

Andrea Iber, Chefe de Apoio Jurídico, Financeiro & Instalações — Unidade 4.2

assinatura: \_\_\_\_\_

Feito em Lisboa

Data:

Em duplicado<sup>3</sup> em língua portuguesa.

---

<sup>3</sup> A menos que seja assinado com QES.

## II — CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO-QUADRO DE FORNECIMENTOS

### ARTIGO II.1 — DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente CQ, aplicam-se as seguintes definições (indicadas em *itálico* no texto):

«**Back office**»: o(s) sistema(s) interno(s) utilizado(s) pelas partes para processar faturas eletrónicas;

«**Violação de obrigações**»: incumprimento, pelo contratante, de uma ou mais das suas obrigações contratuais.

«**Informações ou documentos confidenciais**»: quaisquer informações ou documentos recebidos por qualquer das Partes da outra Parte ou acedidos por qualquer das Partes no contexto da aplicação do CQ, que qualquer das Partes tenha identificado por escrito como confidencial. Não pode incluir informações acessíveis ao público;

«**Conflito de interesses**»: uma situação em que a execução imparcial e objetiva do CQ pelo contratante seja comprometida por razões familiares, afetivas, afinidades políticas ou nacionais, interesse económico, qualquer outro interesse pessoal, direto ou indireto, ou qualquer outro interesse partilhado com a entidade adjudicante ou qualquer terceiro relacionado com o objeto do CQ;

«**Mensagem EDI**» (**intercâmbio eletrónico de dados**): uma mensagem criada e trocada através da transferência eletrónica, do computador para o computador, de dados comerciais e administrativos, utilizando uma norma acordada;

«**e-PRIOR**»: a plataforma de comunicação orientada para o serviço que fornece uma série de serviços Web e permite o intercâmbio de mensagens e documentos eletrónicos normalizados entre as partes. Isto é feito quer através de serviços Web, com uma ligação máquina-máquina entre os sistemas de back office das partes (mensagens EDI), quer através de uma aplicação Web (portal do fornecedor). A plataforma pode ser utilizada para o intercâmbio de documentos eletrónicos (documentos eletrónicos), tais como pedidos eletrónicos de fornecimentos, contratos eletrónicos específicos e entrega eletrónica do certificado de conformidade ou faturas eletrónicas entre as partes.

«**Força maior**»: qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, fora do controlo das partes, que impeça qualquer uma delas de cumprir qualquer uma das suas obrigações ao abrigo do CQ. A situação ou o acontecimento não devem ser imputáveis a erro ou negligência das partes ou dos subcontratantes e devem revelar-se inevitáveis apesar do seu exercício da diligência devida. Os incumprimentos, os defeitos de equipamento ou material ou os atrasos na sua disponibilização, os litígios laborais, as greves e as dificuldades financeiras não podem ser invocados como casos de força maior, salvo se resultarem diretamente de um caso de força maior relevante;

«**Notificação formal**» (ou «**notificar formalmente**»): forma de comunicação entre as partes efetuada por escrito por correio ou correio eletrónico, que fornece ao remetente provas convincentes de que a mensagem foi entregue ao destinatário especificado;

«**Fraude**»: um ato ou omissão cometido com o objetivo de obter um ganho ilícito para o autor ou outro autor, causando uma perda dos interesses financeiros da União, e relacionado com: i) a utilização ou apresentação de declarações ou documentos falsos, incorretos ou incompletos, que tenham por efeito o desvio ou retenção ilícita de fundos ou ativos do orçamento da União, ii) a não divulgação de informações em violação de uma obrigação específica, com o mesmo efeito, ou iii) a aplicação incorreta de tais fundos ou ativos para fins diferentes daqueles para os quais foram inicialmente concedidos, que prejudiquem os interesses financeiros da União;

«**Falta grave em matéria profissional**»: uma violação das leis ou regulamentos aplicáveis ou das normas éticas da profissão a que pertence um contratante ou uma pessoa relacionada, incluindo qualquer conduta que conduza a exploração ou abuso sexual ou outra, ou qualquer conduta ilícita do contratante ou de uma pessoa relacionada que tenha um impacto na sua credibilidade profissional, sempre que tal conduta denote uma intenção dolosa ou negligência grave.

«**Aplicação do CQ**»: a aquisição de fornecimentos previstos no CQ através da assinatura e execução de contratos

específicos;

«**Documento de controlo da interface**»: o documento de orientação que estabelece as especificações técnicas, as normas de mensagens, as normas de segurança, os controlos de sintaxe e semântica, etc., a fim de facilitar a ligação máquina-máquina. O presente documento é atualizado regularmente;

«**Irregularidade**»: qualquer violação de uma disposição do direito da União resultante de um ato ou omissão de um operador económico que tenha ou possa ter por efeito lesar o orçamento da União.

«**Notificação**» (ou «**notificar**»): forma de comunicação entre as partes efetuada por escrito, incluindo por via eletrónica;

«**Formulário de encomenda**»: uma forma simplificada de contrato específico através da qual a entidade adjudicante encomenda fornecimentos ao abrigo do presente CQ;

«**Execução de um contrato específico**»: a execução das tarefas e a entrega dos fornecimentos adquiridos pelo contratante à entidade adjudicante;

«**Pessoal**»: pessoas empregadas direta ou indiretamente ou contratadas pelo contratante para a execução do CQ;

«**Interesses profissionais em conflito**»: uma situação em que as atividades profissionais anteriores ou em curso do contratante afetam a sua capacidade de executar o CQ ou de executar um contrato específico de acordo com um nível de qualidade adequado.

«**Pessoa relacionada**»: qualquer pessoa singular ou coletiva que seja membro do órgão de administração, de direção ou de supervisão do contratante, ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo em relação ao contratante;

«**Pedido de fornecimentos**»: um documento da entidade adjudicante solicitando que os contratantes de um CQ múltiplo com reabertura da concorrência apresentem uma proposta específica para fornecimentos cujas condições não sejam inteiramente definidas no CQ;

«**Contrato específico**»: um contrato de execução do CQ e que especifique os pormenores de um fornecimento a fornecer;

«**Portal do fornecedor**»: o portal e-PRIOR, que permite ao contratante trocar documentos comerciais eletrónicos, como faturas, através de uma interface gráfica do utilizador.

## **ARTIGO II.2 — FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES EM CASO DE PROPOSTA CONJUNTA**

No caso de uma proposta conjunta apresentada por um agrupamento de operadores económicos e se o agrupamento não tiver personalidade jurídica ou capacidade jurídica, um membro do grupo é nomeado líder do grupo.

## **ARTIGO II.3 — DIVISIBILIDADE**

Cada disposição deste CQ é separável e distinta das outras. Se uma disposição for ou se tornar ilegal, inválida ou inexecutável em qualquer medida, deve ser separada do resto do CQ. Tal não afeta a legalidade, a validade ou a exequibilidade de quaisquer outras disposições do CQ que continuem em pleno vigor e efeitos. A disposição ilegal, inválida ou inexecutável deve ser substituída por uma disposição de substituição legal, válida e executória que corresponda o mais próximo possível à intenção real das partes ao abrigo da disposição ilegal, inválida ou inexecutável. A substituição de tal disposição deve ser feita em conformidade com o artigo II.11. O CQ deve ser interpretado como se tivesse contido a disposição de substituição a partir da sua entrada em vigor.

## **ARTIGO II.4 - ENTREGA DE FORNECIMENTOS**

**II.4.1** A assinatura do CQ não garante qualquer compra efetiva. A entidade adjudicante só está vinculada por contratos específicos de execução do CQ.

**II.4.2** O contratante deve respeitar os requisitos mínimos previstos no caderno de encargos. Tal inclui o cumprimento das obrigações aplicáveis ao abrigo do direito ambiental, social e laboral estabelecidas pelo direito da União, pela legislação nacional e por convenções coletivas ou pelas disposições internacionais em matéria ambiental, social e laboral enumeradas no anexo X da Diretiva 2014/24/UE<sup>4</sup> e o cumprimento das obrigações em matéria de proteção de dados decorrentes do Regulamento (UE) 2016/6795 e do Regulamento (UE) 2018/17256.

**II.4.3** Todos os períodos especificados no CQ são calculados em dias de calendário, salvo especificação em contrário.

**II.4.4** O contratante não deve apresentar-se como representante da entidade adjudicante e deve informar desse facto terceiros que não fazem parte do serviço público europeu.

**II.4.5** O contratante é responsável pelo *peçoal* que executa o contrato e exerce a sua autoridade sobre o seu *peçoal* sem interferência da entidade adjudicante. O contratante deve informar o seu *peçoal* de que:

- (a) não podem aceitar instruções diretas da entidade adjudicante; e
- (b) a sua participação no fornecimento dos fornecimentos não resulta em qualquer relação laboral ou contratual com a entidade adjudicante.

**II.4.6** O contratante deve assegurar que o *peçoal* que executa o CQ e qualquer futuro *peçoal* de substituição possuam as qualificações profissionais e a experiência necessárias para fornecer os fornecimentos, consoante o caso, com base nos critérios de seleção estabelecidos no caderno de encargos.

**II.4.7** Mediante pedido fundamentado da entidade adjudicante, o contratante deve substituir qualquer membro do *peçoal* que:

- (a) não dispõe das competências necessárias para fornecer os fornecimentos; ou
- (b) causou perturbações nas instalações da entidade adjudicante.

O contratante suporta as despesas de substituição do seu *peçoal* e é responsável por qualquer atraso no fornecimento dos fornecimentos resultantes da substituição do *peçoal*.

**II.4.8** O contratante deve registar e comunicar à entidade adjudicante qualquer problema que afete a sua capacidade para entregar os fornecimentos. O relatório deve descrever o problema, indicar quando começou e quais as medidas que o contratante está a tomar para o resolver.

#### **II.4.9 Entrega**

- (a) Prazo de entrega

O prazo de entrega é calculado em conformidade com o artigo I.4.

- (b) Data, hora e local de entrega

A Comissão deve ser notificada por escrito da data exata de entrega no prazo indicado no artigo I.4. Todas as entregas devem ser efetuadas no local de entrega acordado durante as horas indicadas no artigo I.4.

O contratante deve suportar todos os custos e riscos inerentes à entrega dos fornecimentos no local de entrega.

---

<sup>4</sup> JO L 94 de 28.3.2014, p. 65.

<sup>5</sup> Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, JO L 119 de 4.5.2016, p. 1, [https://eurlex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:OJ.L\\_.2016.119.01.0001.01.ENG](https://eurlex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2016.119.01.0001.01.ENG)

<sup>6</sup> Regulamento (UE) 2018/1725, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE, JO L 295/39 de 21.11.2018, <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2018/1725/oj>

(c) Guia de remessa

Cada entrega deve ser acompanhada de uma guia de remessa em duplicado, devidamente assinada e datada pelo contratante ou pelo seu transportador, indicando o número específico do contrato e as indicações relativas aos fornecimentos entregues. Uma cópia da guia de remessa deve ser assinada pela entidade adjudicante e devolvida ao contratante ou ao seu transportador.

#### **II.4.10 Certificado de conformidade**

A assinatura da guia de remessa pela entidade adjudicante, tal como previsto no artigo II.4.11, alínea c), constitui apenas um reconhecimento do facto de que a entrega foi efetuada e não implica, de modo algum, a conformidade dos fornecimentos com o contrato específico.

A conformidade dos fornecimentos entregues deve ser comprovada pela assinatura de um certificado nesse sentido pela entidade adjudicante, o mais tardar, um mês após a data de entrega, salvo indicação em contrário nas condições específicas ou no caderno de encargos.

A conformidade só deve ser declarada se estiverem preenchidas as condições estabelecidas no CQ e no contrato específico e os fornecimentos estiverem em conformidade com o caderno de encargos.

Se, por razões imputáveis ao contratante, a entidade adjudicante não puder aceitar os fornecimentos, este deve ser notificado por escrito, o mais tardar, até ao termo do prazo de conformidade.

#### **II.4.11 Conformidade dos fornecimentos entregues com o CQ**

Os fornecimentos entregues pelo contratante à entidade adjudicante devem estar em conformidade, em quantidade, qualidade, preço e embalagem, com o CQ e o contrato específico pertinente.

Os fornecimentos entregues devem:

- (a) corresponder à descrição dada no caderno de encargos e possuir as características dos fornecimentos fornecidos pelo contratante à entidade adjudicante como amostra ou modelo;
- (b) ser adequados a qualquer finalidade específica que lhes seja exigida pela entidade adjudicante e serem comunicados ao contratante no momento da celebração do presente CQ e aceites pelo contratante;
- (c) ser próprios para os fins para os quais são normalmente utilizadas entregas do mesmo tipo;
- (d) demonstrar as normas e o desempenho de elevada qualidade que são normais nos fornecimentos do mesmo tipo e que a entidade adjudicante pode razoavelmente esperar, dada a natureza dos fornecimentos e tendo em conta quaisquer declarações públicas sobre as características específicas dos fornecimentos feitas pelo contratante, pelo produtor ou pelo seu representante, nomeadamente na publicidade ou na rotulagem; em conformidade com o estado da técnica na indústria e com as disposições do presente CQ, nomeadamente o caderno de encargos e as condições da sua proposta.
- (e) ser embalados de acordo com o método habitual para fornecimentos do mesmo tipo ou, na sua falta, de uma forma concebida para os preservar e proteger.

#### **II.4.12 Medidas corretivas**

O contratante deve ser responsável perante a entidade adjudicante por qualquer falta de conformidade existente no momento da verificação dos fornecimentos.

Em caso de falta de conformidade, sem prejuízo do disposto no artigo II.14 relativo à indemnização por danos aplicáveis ao preço total dos fornecimentos em causa, a entidade adjudicante tem o direito de:

- (a) quer fazer com que os fornecimentos sejam postos em conformidade, gratuitamente, mediante reparação ou substituição;
- (b) ou ter uma redução adequada do preço.

Qualquer reparação ou substituição deve ser efetuada num prazo razoável e sem inconvenientes significativos para a entidade adjudicante, tendo em conta a natureza dos fornecimentos e a finalidade para a qual são exigidos pela

entidade adjudicante.

O termo «gratuito» na alínea b) refere-se aos custos incorridos para repor os fornecimentos em conformidade, nomeadamente os custos de porte, mão de obra e materiais.

#### **II.4.12 Montagem**

Se exigido pelo caderno de encargos (Anexo I), o contratante deve reunir os fornecimentos entregues no prazo de um mês, salvo disposição em contrário nas condições específicas.

Qualquer falta de conformidade resultante de uma instalação incorreta dos fornecimentos deve ser considerada equivalente à falta de conformidade dos fornecimentos se a instalação fizer parte do CQ e os fornecimentos tiverem sido instalados pelo contratante ou sob a sua responsabilidade. Isto aplica-se igualmente se o produto for instalado pela entidade adjudicante e se tiver sido instalado incorretamente devido a uma deficiência nas instruções de instalação.

#### **II.4.14 Serviços prestados a fornecimentos**

Se exigido pelo caderno de encargos, os serviços de fornecimento devem ser prestados em conformidade.

#### **II.4.15 Disposições gerais relativas aos fornecimentos**

##### **(a) Embalagem**

Os fornecimentos devem ser embalados em caixas ou caixas fortes ou de qualquer outra forma que garanta que o conteúdo permaneça intacto e evite danos ou deterioração. As embalagens, paletes, etc., incluindo o conteúdo, não devem pesar mais de 500 kg.

Salvo indicação em contrário nas condições específicas ou no caderno de encargos (anexo I), as paletes devem ser consideradas embalagens unidireccionais e não devem ser devolvidas. Cada casa deve ser claramente rotulada com as seguintes informações:

- Nome da entidade adjudicante e endereço para a entrega;
- nome do contratante;
- descrição do conteúdo;
- data de entrega;
- número e data do contrato específico;
- Número de código CE do artigo.

##### **(b) Garantia**

Os fornecimentos devem ser garantidos contra todos os defeitos de fabrico ou materiais durante dois anos a contar da data de entrega, salvo se o caderno de encargos prever um prazo mais longo.

O contratante deve garantir que foram obtidas todas as autorizações e licenças necessárias para o fabrico e a venda dos fornecimentos.

O contratante deve substituir, a expensas suas, num prazo razoável a determinar por acordo entre as partes, quaisquer elementos que se tornem danificados ou defeituosos durante a utilização normal durante o período de garantia.

O contratante é responsável por qualquer defeito de conformidade existente no momento da entrega, mesmo que esse defeito só surja em data posterior.

O contratante é igualmente responsável por qualquer defeito de conformidade que ocorra após a entrega e seja imputável ao incumprimento das suas obrigações, incluindo a não prestação de uma garantia de que, durante um determinado período, os fornecimentos utilizados para os fins para os quais são normalmente utilizados ou para um fim específico preservarão as suas qualidades ou características especificadas.

Se uma parte de um artigo for substituída, a parte de substituição deve ser garantida nos mesmos termos e condições por um novo período de duração idêntico ao acima especificado.

Se se verificar que um defeito é originário de uma falha sistemática de conceção, o contratante deve substituir ou modificar todas as partes idênticas incorporadas nos outros fornecimentos que fazem parte da encomenda, mesmo que possam não ter sido a causa de qualquer incidente. Neste caso, o período de garantia deve ser prorrogado como acima indicado.

**II.4.16** O contratante deve informar imediatamente a entidade adjudicante de quaisquer alterações nas situações de exclusão declaradas, em conformidade com o artigo 137.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro.

## **ARTIGO II.5 — COOMUNICATION ENTRE AS PARTES**

### **II.5.1 Forma e meios de comunicação**

Qualquer comunicação de informações, anúncios ou documentos ao abrigo do CQ deve:

- (a) ser redigidos por escrito, em papel ou em formato eletrónico, na língua do contrato;
- (b) ostentar o número do CQ e, se for caso disso, o número específico do contrato;
- (c) ser efetuada utilizando os dados de comunicação pertinentes previstos no artigo I.8; e
- (d) ser enviado por correio, correio eletrónico ou, para os documentos especificados nas condições especiais, através do e-PRIOR.

Se uma parte solicitar a confirmação por escrito de uma mensagem de correio eletrónico num prazo razoável, a outra parte deve fornecer uma versão original assinada em papel da comunicação o mais rapidamente possível.

As partes concordam que qualquer comunicação feita por correio eletrónico tem pleno efeito jurídico e é admissível como prova em processos judiciais.

### **II.5.2 Data das comunicações por correio e correio eletrónico**

Considera-se que qualquer comunicação foi efetuada quando a parte recetora a receber, a menos que o presente contrato do CQ se refira à data em que a comunicação foi enviada.

Considera-se que o correio eletrónico foi recebido pela parte recetora no dia do seu envio, desde que seja enviado para o endereço de correio eletrónico indicado no artigo I.8. A parte expedidora deve poder provar a data de envio. No caso de a parte remetente receber um relatório de não entrega, deve envidar todos os esforços para garantir que a outra parte receba efetivamente a comunicação por correio eletrónico ou correio. Nesse caso, a parte remetente não é considerada em violação da sua obrigação de enviar essa comunicação dentro de um prazo especificado.

Considera-se que o correio enviado à entidade adjudicante foi recebido pela entidade adjudicante na data em que o serviço responsável referido no artigo I.8 o registar.

Considera-se que as *notificações formais* foram recebidas pela parte recetora na data de receção indicada na prova recebida pela parte remetente de que a mensagem foi entregue ao destinatário especificado.

### **II.5.3 Apresentação de documentos eletrónicos via e-PRIOR**

1. Se previsto nas condições específicas, o intercâmbio de documentos eletrónicos (documentos eletrónicos), tais como contratos específicos e faturas entre as partes, é automatizado através da utilização da plataforma e-PRIOR. Esta plataforma oferece duas possibilidades para esses intercâmbios: quer através de serviços Web (conexão máquina-máquina) ou através de uma aplicação Web (portal do fornecedor).
2. A entidade adjudicante toma as medidas necessárias para implementar e manter sistemas eletrónicos que permitam uma utilização eficaz do portal do fornecedor.
3. No caso da ligação máquina-máquina, é estabelecida uma ligação direta entre os serviços administrativos das partes. Neste caso, as partes tomam as medidas necessárias do seu lado para implementar e manter sistemas eletrónicos que permitam uma utilização eficaz da ligação máquina-máquina. Os sistemas eletrónicos são

- especificados no documento de controlo da interface. O contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) deve tomar as medidas técnicas necessárias para estabelecer uma ligação máquina-máquina e a expensas suas.
4. Se a comunicação através do portal do fornecedor ou dos serviços Web (conexão máquina-máquina) for dificultada por fatores fora do controlo de uma parte, deve notificar imediatamente a outra e as partes devem tomar as medidas necessárias para restabelecer essa comunicação.
  5. Se for impossível restabelecer a comunicação no prazo de dois dias úteis, uma parte deve notificar a outra de que os meios de comunicação alternativos especificados no artigo II.5.1 serão utilizados até que o portal do fornecedor ou a ligação máquina-máquina sejam restabelecidos.
  6. Sempre que uma alteração do documento de controlo da interface exija adaptações, o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) dispõe de um prazo máximo de seis meses a contar da receção da notificação para implementar essa alteração. Este período pode ser encurtado por acordo mútuo das partes. Este prazo não se aplica às medidas urgentes exigidas pela política de segurança da entidade adjudicante para garantir a integridade, a confidencialidade e a não-repúdio das informações e a disponibilidade de e-PRIOR, que devem ser aplicadas imediatamente.

#### **II.5.4 Validade e data dos documentos eletrónicos**

1. As partes acordam em que qualquer documento eletrónico, incluindo anexos conexos trocados através do e-PRIOR:
  - (a) é considerado equivalente a um documento em papel;
  - (b) é considerado o original do documento;
  - (c) é juridicamente vinculativo para as partes quando uma pessoa autorizada e-PRIOR tiver executado a ação «assinar» no e-PRIOR e tiver pleno efeito jurídico; e
  - (d) constitui prova das informações nele contidas e é admissível como prova em processos judiciais.
2. As partes renunciam expressamente a qualquer direito de contestar a validade de tal documento unicamente pelo facto de as comunicações entre as partes terem ocorrido através do e-PRIOR ou de o documento ter sido assinado através do e-PRIOR. Se for estabelecida uma ligação direta entre os serviços administrativos das partes para permitir a transferência eletrónica de documentos, as partes acordam em que um documento eletrónico, enviado como mencionado no documento de controlo da interface, pode ser considerado uma mensagem EDI.
3. Se o documento eletrónico for enviado através do portal do fornecedor, considera-se que foi legalmente emitido ou enviado quando o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) puder apresentar com êxito o documento eletrónico sem quaisquer mensagens de erro. O documento PDF e XML gerado para o documento eletrónico são considerados como prova de receção pela entidade adjudicante.
4. No caso de um documento eletrónico ser enviado utilizando uma ligação direta estabelecida entre os serviços administrativos das partes, considera-se que o documento eletrónico foi legalmente emitido ou enviado quando o seu estatuto é «recebido», tal como definido no documento de controlo da interface.
5. Ao utilizar o portal do fornecedor, o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) pode descarregar a mensagem PDF ou XML para cada documento eletrónico durante um ano após a apresentação. Após este período, as cópias dos documentos eletrónicos deixam de estar disponíveis para descarregamento automático no portal do fornecedor.

#### **II.5.5 Pessoas autorizadas em e-PRIOR**

O contratante apresenta um pedido para cada pessoa a quem seja atribuída a função de «utilizador» no e-PRIOR. Estas pessoas são identificadas através do Serviço Europeu de Autenticação de Comunicação (ECAS) e autorizadas a aceder e executar ações no e-PRIOR, com as autorizações das funções de utilizador que a entidade adjudicante lhes atribuiu.

As funções de utilizador que permitem a estas pessoas autorizadas e-PRIOR assinar documentos juridicamente vinculativos, como propostas específicas ou contratos específicos, só são concedidas mediante apresentação de documentos comprovativos de que a pessoa autorizada está habilitada a agir como representante legal do contratante.

### **ARTIGO II.6 — RESPONSABILIDADE**

**II.6.1** A entidade adjudicante não é responsável por quaisquer danos ou perdas causados pelo contratante, incluindo quaisquer danos ou perdas a terceiros durante ou em consequência da execução do CQ.

**II.6.2** Se a legislação aplicável exigir, ou se tal for solicitado pela entidade adjudicante, o contratante deve subscrever uma apólice de seguro contra riscos e danos ou perdas relacionados com a execução do CQ. Deve também subscrever um seguro complementar, conforme razoavelmente exigido pela prática corrente no setor. Mediante pedido, o contratante deve apresentar à entidade adjudicante prova da cobertura do seguro.

**II.6.3** O contratante é responsável por quaisquer perdas ou danos causados à entidade adjudicante durante ou em consequência da execução do CQ, incluindo em caso de subcontratação, mas apenas até um montante que não exceda o triplo do montante total do contrato específico em causa. No entanto, se os danos ou perdas forem causados por negligência grave ou ato doloso do contratante ou do seu *peçoal* ou subcontratantes, o contratante é responsável pelo montante total dos danos ou perdas.

**II.6.4** Se um terceiro intentar uma ação contra a entidade adjudicante no âmbito da *execução do CQ*, o contratante deve assistir a entidade adjudicante no processo judicial, nomeadamente intervindo em apoio da entidade adjudicante, mediante pedido.

Se a responsabilidade da entidade adjudicante perante o terceiro estiver estabelecida e essa responsabilidade for causada pelo contratante durante ou em consequência da *execução do CQ*, *aplica-se o artigo II.6.3*.

**II.6.5** Se o contratante for composto por dois ou mais operadores económicos (ou seja, que apresentaram uma proposta conjunta), todos são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela *execução do CQ*.

**II.6.6** A entidade adjudicante não é responsável por quaisquer perdas ou danos causados ao contratante durante ou em consequência da *execução do CQ*, salvo se os danos tiverem sido causados por falta dolosa ou negligência grave da entidade adjudicante.

## **ARTIGO II.7 — CONFLITOS DE INTERESSES E CONFLITOS DE INTERESSES PROFISSIONAIS**

**II.7.1** O contratante deve tomar todas as medidas necessárias para evitar qualquer situação de *conflito de interesses* ou de *conflitos de interesses profissionais*.

**II.7.2** O contratante deve *notificar* por escrito a entidade adjudicante, o mais rapidamente possível, de qualquer situação que possa constituir um *conflito de interesses* ou um *conflito de interesses profissional* durante a *execução do CQ*. O contratante deve tomar imediatamente medidas para corrigir a situação. A entidade adjudicante pode efetuar qualquer das seguintes ações:

- (a) verificar se a ação do contratante é adequada;
- (b) exigir que o contratante tome novas medidas dentro de um prazo especificado;
- (c) decidir não adjudicar um contrato específico ao contratante.

**II.7.3** O contratante deve transmitir por escrito todas as obrigações pertinentes para:

- (a) o seu *peçoal*;
- (b) qualquer pessoa singular com poderes para a representar ou tomar decisões em seu nome;
- (c) terceiros envolvidos na *execução do CQ*, incluindo subcontratantes.

O contratante deve igualmente assegurar-se de que as pessoas acima referidas não se encontram numa situação suscetível de dar origem a conflitos de interesses.

## **ARTIGO II.8 — CONFIDENCIALIDADE**

**II.8.1** A entidade adjudicante e o contratante devem tratar com confidencialidade todas as informações ou documentos, em qualquer formato, divulgados por escrito ou oralmente relacionados com a *execução do CQ* e identificados por escrito como confidenciais.

## **II.8.2** Cada uma das partes deve:

- (a) não utilizar *informações ou documentos confidenciais* para outros fins que não o cumprimento das obrigações que lhe incumbem por força do CQ ou de um contrato específico sem o acordo prévio por escrito da outra parte;
- (b) assegurar a proteção dessas *informações ou documentos confidenciais* com o mesmo nível de proteção que as suas próprias *informações ou documentos confidenciais* e, em qualquer caso, com a devida diligência;
- (c) não divulgar, direta ou indiretamente, *informações ou documentos confidenciais* a terceiros sem o acordo prévio por escrito da outra parte.

**II.8.3** A obrigação de confidencialidade estabelecida no presente artigo é vinculativa para a entidade adjudicante e para o contratante durante a *execução do CQ* e enquanto as informações ou documentos permanecerem confidenciais, a menos que:

- (a) a parte que divulga a informação concorda em libertar a parte recetora da obrigação de confidencialidade mais cedo;
- (b) as *informações ou documentos confidenciais* se tornem públicos por outros meios que não a violação da obrigação de confidencialidade,
- (c) a lei aplicável exige a divulgação das *informações ou documentos confidenciais*.

**II.8.4** O contratante deve obter de qualquer pessoa singular com poderes para a representar ou tomar decisões em seu nome, bem como de terceiros envolvidos na *execução do CQ*, um compromisso de que cumprirão o disposto no presente artigo. A pedido da entidade adjudicante, o contratante deve apresentar um documento comprovativo desse compromisso.

## **ARTIGO II.9 — TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

### **II.9.1 Tratamento de dados pessoais pela entidade adjudicante**

Quaisquer dados pessoais incluídos ou relacionados com o CQ, incluindo a sua aplicação, devem ser tratados em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725. Esses dados são tratados exclusivamente para efeitos da execução, gestão e acompanhamento do CQ pelo responsável pelo tratamento dos dados.

O contratante ou qualquer outra pessoa cujos dados pessoais sejam tratados pelo responsável pelo tratamento de dados em relação ao presente CQ tem direitos específicos enquanto titular dos dados ao abrigo do capítulo III (artigos 14.º a 25.º) do Regulamento (UE) 2018/1725, em especial o direito de acesso, retificação ou apagamento dos seus dados pessoais e o direito de restringir ou, se for caso disso, o direito de oposição ao tratamento ou o direito à portabilidade dos dados.

Se o contratante ou qualquer outra pessoa cujos dados pessoais são tratados em relação ao presente CQ tiver quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais, deve dirigir-se ao responsável pelo tratamento dos dados. Podem também dirigir-se ao responsável pela proteção de dados do responsável pelo tratamento dos dados. Têm o direito de apresentar uma queixa em qualquer momento à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

Os pormenores relativos ao tratamento de dados pessoais estão disponíveis no aviso sobre a proteção de dados referido no artigo I.9.

### **II.9.2 Tratamento de dados pessoais pelo contratante**

O tratamento de dados pessoais pelo contratante deve cumprir os requisitos do Regulamento (UE) 2018/1725 e ser tratado exclusivamente para os fins definidos pelo responsável pelo tratamento.

O contratante presta assistência ao responsável pelo tratamento no cumprimento da sua obrigação de responder aos pedidos de exercício dos direitos da pessoa cujos dados pessoais são tratados no âmbito do presente CQ, tal como estabelecido no capítulo III (artigos 14.º a 25.º) do Regulamento (UE) 2018/1725.

O contratante deve informar sem demora o responsável pelo tratamento desses pedidos.

O contratante só pode agir com base em instruções escritas documentadas e sob a supervisão do responsável pelo tratamento, nomeadamente no que diz respeito às finalidades do tratamento, às categorias de dados que podem ser tratadas, aos destinatários dos dados e aos meios pelos quais o titular dos dados pode exercer os seus direitos.

O contratante deve facultar ao pessoal o acesso aos dados na medida do estritamente necessário para a execução, gestão e acompanhamento do CQ. O contratante deve assegurar-se de que o pessoal autorizado a tratar dados pessoais se comprometeu a respeitar a confidencialidade ou está sujeito a uma obrigação legal de confidencialidade adequada, em conformidade com o disposto no artigo II.8.

O contratante adotará medidas de segurança técnicas e organizativas adequadas, tendo devidamente em conta os riscos inerentes ao tratamento, bem como a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, a fim de assegurar, nomeadamente, se for caso disso:

- a) a pseudonimização e a encriptação de dados pessoais;
- b) a capacidade de garantir o contínuo confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência da transformação sistemas e serviços;
- c) a capacidade de restaurar a disponibilidade e acesso a dados pessoais em tempo útil em o evento de um incidente físico ou técnico;
- d) um processo de ensaio regular, avaliação e avaliação da eficácia do técnico e medidas organizativas para garantir a segurança do tratamento;
- e) medidas para proteger os dados pessoais contra a destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, armazenados ou tratados de outra forma.

O contratante deve notificar o responsável pelo tratamento das violações de dados pessoais relevantes sem demora injustificada e, o mais tardar, no prazo de 48 horas a contar da data em que tomou conhecimento da violação. Nesses casos, o contratante deve fornecer ao responsável pelo tratamento, pelo menos, as seguintes informações:

- a) natureza da violação de dados pessoais, incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados em causa, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
- b) consequências prováveis da violação;
- c) medidas tomadas ou propostas para resolver a infração, incluindo, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos adversos.

O contratante deve informar imediatamente o responsável pelo tratamento dos dados se, na sua opinião, uma instrução infringir o Regulamento (UE) 2018/1725, o Regulamento (UE) 2016/679 ou outras disposições da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados referidas no caderno de encargos.

O contratante deve prestar assistência ao responsável pelo tratamento no cumprimento das suas obrigações nos termos dos artigos 33.º a 41.º do Regulamento (UE) 2018/1725, a fim de:

- a) assegurar o cumprimento das suas obrigações em matéria de proteção de dados no que respeita à segurança do tratamento e à confidencialidade das comunicações eletrónicas e das listas de utilizadores;
- b) notificar uma violação de dados pessoais à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados;
- c) comunicar uma violação de dados pessoais sem demora injustificada ao titular dos dados, se for caso disso;
- d) realizar avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias, se necessário.

O contratante deve manter um registo de todas as operações de tratamento de dados efetuadas por conta do responsável pelo tratamento, transferências de dados pessoais, violações de segurança, respostas a pedidos de exercício dos direitos das pessoas cujos dados pessoais são tratados e pedidos de acesso a dados pessoais por terceiros.

A entidade adjudicante está sujeita ao Protocolo n.º 7 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia, nomeadamente no que diz respeito à inviolabilidade dos arquivos (incluindo a localização física dos dados e dos serviços, tal como previsto no artigo I.9.2) e à segurança dos dados, que inclui os dados pessoais detidos em nome da entidade adjudicante nas instalações do contratante ou do subcontratante.

O contratante notifica sem demora a entidade adjudicante de qualquer pedido juridicamente vinculativo de divulgação dos dados pessoais tratados em nome da entidade adjudicante apresentado por qualquer autoridade pública nacional, incluindo uma autoridade de um país terceiro. O contratante não pode conceder esse acesso sem autorização prévia por escrito da entidade adjudicante.

A duração do tratamento de dados pessoais pelo contratante não excederá o período referido no artigo II.22.2. No termo deste prazo, o contratante deve, à escolha do responsável pelo tratamento, devolver, sem demora injustificada num formato acordado de comum acordo, todos os dados pessoais tratados em nome do responsável pelo tratamento e as suas cópias, ou apagar efetivamente todos os dados pessoais, salvo se o direito da União ou o direito nacional exigirem um armazenamento mais longo dos dados pessoais.

Para efeitos do artigo II.10, se parte ou a totalidade do tratamento de dados pessoais for subcontratada a terceiros, o contratante deve transmitir por escrito as obrigações referidas nos artigos I.9.2 e II.9.2 a essas partes, incluindo subcontratantes. A pedido da entidade adjudicante, o contratante deve apresentar um documento comprovativo desse compromisso.

## **ARTIGO II.10 — SUBCONTRATAÇÃO**

**II.10.1** O contratante não pode subcontratar e mandar executar o CQ por terceiros para além dos terceiros já mencionados na sua proposta sem autorização prévia por escrito da entidade adjudicante.

**II.10.2** Mesmo que a entidade adjudicante autorize a subcontratação, o contratante permanece vinculado pelas suas obrigações contratuais e é o único responsável pela *execução do CQ*.

**II.10.3** O contratante deve assegurar-se de que o subcontrato não afeta os direitos da entidade adjudicante ao abrigo do presente CQ, nomeadamente os previstos nos artigos II.8 e II.22.

**II.10.4** A entidade adjudicante pode solicitar ao contratante que substitua um subcontratante que se encontre numa das situações previstas nas alíneas d) e e) do artigo II.17.1.

## **ARTIGO II.11 ALTERAÇÕES**

**II.11.1** Qualquer alteração do CQ ou de um contrato específico deve ser efetuada por escrito antes do cumprimento de todas as obrigações contratuais. Um contrato específico não constitui uma alteração ao CQ.

**II.11.2** Qualquer alteração não deve introduzir alterações ao CQ ou a um contrato específico que possam alterar as condições iniciais do procedimento de adjudicação ou conduzir a um tratamento desigual dos proponentes ou contratantes.

## **ARTIGO II.12 AFETAÇÃO**

**II.12.1** O contratante não pode ceder nenhum dos direitos e obrigações decorrentes do CQ, incluindo pedidos de pagamento ou factoring, sem autorização prévia por escrito da entidade adjudicante. Nesses casos, o contratante deve fornecer à entidade adjudicante a identidade do cessionário previsto.

**II.12.2** Qualquer direito ou obrigação atribuído pelo contratante sem autorização não é oponível à entidade adjudicante.

## **ARTIGO II.13 FORÇA MAIOR**

**II.13.1** Se uma parte for afetada por um caso de *força maior*, deve *notificar* imediatamente a outra parte, indicando a natureza das circunstâncias, a sua duração provável e os efeitos previsíveis.

**II.13.2** Uma parte não é responsável por qualquer atraso ou incumprimento das suas obrigações nos termos do CQ se esse atraso ou incumprimento for *umaregra de força maior*. Se o contratante não puder cumprir as suas obrigações contratuais devido a um *caso de força maior*, só tem direito a uma remuneração pelos fornecimentos efetivamente entregues e que obtenham um certificado de conformidade.

**II.13.3** As partes devem tomar todas as medidas necessárias para limitar os eventuais danos causados por *força maior*.

## **ARTIGO II.14 INDEMNIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS**

### **II.14.1 Atraso na entrega**

Se o contratante não cumprir as suas obrigações contratuais nos prazos aplicáveis estabelecidos no presente CQ ou na nota de encomenda ou contrato específico pertinente, a entidade adjudicante pode reclamar uma indemnização por cada dia de atraso, utilizando a seguinte fórmula:

$$0,3 \times (V/d)$$

em que:

*V* é o preço da compra ou fornecimento em causa;

*D* é a duração especificada no CQ ou na nota de encomenda ou contrato específico relevante para a entrega da compra ou fornecimento em causa ou, na sua falta, o período entre a data especificada no artigo I.4.2 e a data de entrega ou de execução especificada no contrato específico pertinente, expresso em dias.

Pode ser imposta uma indemnização, acompanhada de uma redução do preço, nas condições previstas no artigo II.15.

### **II.14.2 Tramitação processual**

A entidade adjudicante deve *notificar formalmente* o contratante da sua intenção de aplicar uma indemnização por perdas e danos e do montante calculado correspondente.

O contratante dispõe de um prazo de 30 dias a contar da data de receção para apresentar as suas observações. Caso contrário, a decisão torna-se executória no dia seguinte ao termo do prazo para a apresentação de observações.

Se o contratante apresentar observações, a entidade adjudicante, tendo em conta as observações pertinentes, deve *notificar* o contratante:

- (a) da retirada da sua intenção de aplicar uma indemnização; ou
- (b) da sua decisão final de aplicar uma indemnização e o montante correspondente.

### **II.14.3 Natureza da indemnização**

As partes reconhecem expressamente e concordam que qualquer montante a pagar nos termos do presente artigo não constitui uma sanção e representa uma estimativa razoável da compensação equitativa pelos danos sofridos devido à falta de fornecimento dos fornecimentos dentro dos prazos aplicáveis estabelecidos no presente CQ ou na nota de encomenda ou contrato específico relevante.

### **II.14.4 Sinistros e responsabilidades**

Qualquer pedido de indemnização por danos não afeta a responsabilidade efetiva ou potencial do contratante nem os direitos da entidade adjudicante ao abrigo do artigo II.17.

## **ARTIGO II.15 REDUÇÃO DO PREÇO**

### **II.15.1 Normas de qualidade**

Se o contratante não entregar o fornecimento em conformidade com o CQ ou com um contrato específico («obrigações não cumpridas») ou se não entregar o fornecimento de acordo com os níveis de qualidade esperados especificados no caderno de encargos («entrega de baixa qualidade»), a entidade adjudicante pode reduzir ou recuperar os pagamentos proporcionalmente à gravidade das obrigações não cumpridas ou à entrega de baixa qualidade. Tal inclui, em especial, os casos em que a entidade adjudicante não pode aprovar um documento ou emitir um certificado de conformidade para fornecimento, tal como definido no artigo I.6, depois de o contratante ter apresentado as informações adicionais, correções ou novos fornecimentos necessários.

Pode ser imposta uma redução do preço, juntamente com uma indemnização, nas condições previstas no artigo II.14.

### **II.15.2 Tramitação processual**

A entidade adjudicante deve *notificar formalmente* o contratante da sua intenção de reduzir o pagamento e do montante calculado correspondente.

O contratante dispõe de um prazo de 30 dias a contar da data de receção para apresentar as suas observações. Caso contrário, a decisão torna-se executória no dia seguinte ao termo do prazo para a apresentação de observações.

Se o contratante apresentar observações, a entidade adjudicante, tendo em conta as observações pertinentes, deve *notificar* o contratante:

- (a) da retirada da sua intenção de reduzir o pagamento; ou
- (b) da sua decisão final de reduzir o pagamento e o montante correspondente.

### **II.15.3 Sinistros e responsabilidades**

Qualquer redução do preço não afeta a responsabilidade real ou potencial do contratante nem os direitos da entidade adjudicante ao abrigo do artigo II.17.

## **ARTIGO II.16 SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CQ**

### **II.16.1 Suspensão pelo contratante**

Se o contratante for afetado por um caso de *força maior*, pode suspender a execução de um contrato específico.

O contratante deve *notificar* imediatamente a entidade adjudicante da suspensão. A notificação deve incluir uma descrição do caso de *força maior* e indicar quando o contratante espera retomar a execução do contrato.

O contratante deve *notificar* a entidade adjudicante logo que esteja em condições de retomar a *execução do contrato específico*, a menos que a entidade adjudicante já tenha rescindido o CQ ou o contrato específico.

### **II.16.2 Suspensão pela entidade adjudicante**

A entidade adjudicante pode suspender a *execução do CQ* ou a *execução de um contrato específico* ou de qualquer parte do mesmo:

- (a) se o procedimento de adjudicação do CQ ou de um contrato específico ou a *execução do CQ* se revelar objeto de irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações;
- (b) a fim de verificar se as presumidas irregularidades, fraudes ou incumprimentos de obrigações ocorreram efetivamente.

A entidade adjudicante deve *notificar formalmente* o contratante da suspensão e dos motivos da mesma. A suspensão produz efeitos na data da *notificação formal*, ou numa data posterior, se a *notificação formal* assim o prever.

A entidade adjudicante deve *notificar* o contratante, logo que a verificação esteja concluída, se:

- (a) está levantando a suspensão; ou
- (b) tenciona rescindir o CQ ou um contrato específico nos termos do artigo II.17.1, alíneas f) ou j).

O contratante não tem direito a indemnização pela suspensão de qualquer parte do CQ ou de um contrato específico.

A entidade adjudicante pode, além disso, suspender o prazo de pagamento previsto no artigo II.20.7.

## **ARTIGO II.17 CESSAÇÃO DO CQ**

### **II.17.1 Motivos de rescisão pela entidade adjudicante**

A entidade adjudicante pode rescindir o CQ ou qualquer contrato específico em curso nas seguintes circunstâncias:

- (a) se o fornecimento dos fornecimentos ao abrigo de um contrato específico em curso não tiver efetivamente começado no prazo de 15 dias a contar da data prevista e a entidade adjudicante considerar a nova data proposta, se for caso disso, inaceitável, tendo em conta o artigo II.11.2;
- (b) se o contratante não puder, por culpa sua, obter qualquer autorização ou licença necessária para a *execução do CQ*;
- (c) se o contratante não executar o CQ, não executar o contrato específico em conformidade com o caderno de encargos ou o *pedido de fornecimentos*, não cumprir outra obrigação contratual substancial ou se recusar repetidamente a assinar contratos específicos. A rescisão de três ou mais contratos específicos nestas circunstâncias constitui igualmente motivo para a rescisão do CQ;
- (d) se o contratante ou qualquer pessoa que assuma responsabilidade ilimitada pelas dívidas do contratante se encontrar numa das situações previstas no artigo 136.º, n.º 1, alíneas a) e b), do Regulamento Financeiro<sup>7</sup>;
- (e) se o contratante ou qualquer *pessoa relacionada* estiver sujeito a qualquer das situações previstas no artigo 136.º, n.º 1, alíneas c) a h), ou no artigo 136.º, n.º 2, do Regulamento Financeiro.
- (f) se o procedimento de adjudicação do CQ ou a *sua execução se revelar* objeto de irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações;
- (g) se o contratante não cumprir as obrigações aplicáveis ao abrigo do direito ambiental, social e laboral estabelecidas pelo direito da União, pelo direito nacional, por convenções coletivas ou pelas disposições internacionais em matéria ambiental, social e laboral enumeradas no anexo X da Diretiva 2014/24/UE;
- (h) se o contratante se encontrar numa situação que possa constituir um *conflito de interesses* ou um conflito de *interesses profissional*, tal como referido no artigo II.7;
- (i) se uma alteração da situação jurídica, financeira, técnica, organizacional ou de propriedade do contratante for suscetível de afetar substancialmente a *execução do CQ* ou alterar substancialmente as condições em que o CQ foi inicialmente adjudicado, ou uma alteração relativa às situações de exclusão enumeradas no artigo 136.º do Regulamento Financeiro que ponha em causa a decisão de adjudicação do contrato;
- (j) em caso de *força maior*, sempre que seja impossível retomar a execução ou as alterações necessárias do CQ ou de um contrato específico impliquem que o caderno de encargos deixe de ser cumprido ou resulte num tratamento desigual dos proponentes ou contratantes;
- (k) se as necessidades da entidade adjudicante se alterarem e deixarem de exigir novos fornecimentos ao abrigo do CQ; nesses casos, os contratos específicos em curso não são afetados;
- (l) se a rescisão do CQ com um ou mais contratantes significar que o CQ múltiplo com reabertura do concurso deixou de ter o nível mínimo exigido de concorrência
- (m) se o contratante não cumprir as obrigações em matéria de proteção de dados decorrentes do artigo II.9.2;
- (n) se o contratante não cumprir as obrigações aplicáveis em matéria de proteção de dados decorrentes do Regulamento (UE) 2016/679.

### **II.17.2 Motivos de rescisão pelo contratante**

O contratante pode rescindir o CQ ou qualquer contrato específico em curso se a entidade adjudicante não cumprir as suas obrigações, nomeadamente a obrigação de fornecer as informações necessárias para que o contratante

---

<sup>7</sup> Regulamento (UE, Euratom) 2018/1046 relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União.

possa executar o CQ ou executar um contrato específico, tal como previsto no caderno de encargos.

### **II.17.3 Procedimento de rescisão**

As partes devem *notificar formalmente* a outra parte da sua intenção de rescindir o CQ ou de um contrato específico, bem como dos motivos da rescisão.

A outra parte dispõe de um prazo de 30 dias a contar da data de receção para apresentar as suas observações, incluindo as medidas que tomou ou tomará para continuar a cumprir as suas obrigações contratuais. Caso contrário, a decisão de cessação torna-se executória no dia seguinte ao termo do prazo para a apresentação de observações.

Se a outra parte apresentar observações, a parte que pretende pôr termo ao contrato deve *notificá-la formalmente* da retirada da sua intenção de pôr termo ou da sua decisão final de cessação.

Nos casos referidos no artigo II.17.1, alíneas a) a d), g) a i), k) a n), e no artigo II.17.2, a data em que a denúncia produz efeitos deve ser especificada na *notificação formal*.

Nos casos referidos no artigo II.17.1, alíneas e), f) e j), a rescisão produz efeitos no dia seguinte à data em que o contratante recebe a *notificação* da rescisão.

Além disso, a pedido da entidade adjudicante e independentemente dos motivos da rescisão, o contratante deve prestar toda a assistência necessária, incluindo informações, documentos e dossiês, para que a entidade adjudicante possa concluir, prosseguir ou transferir a entrega dos fornecimentos a um novo contratante ou internamente, sem interrupção ou efeitos adversos na qualidade ou continuidade da entrega dos fornecimentos. As partes podem acordar em elaborar um plano de transição que especifique a assistência do contratante, a menos que esse plano já esteja especificado noutros documentos contratuais ou no caderno de encargos. O contratante deve prestar essa assistência sem custos adicionais, exceto se puder demonstrar que requer recursos ou meios adicionais substanciais, caso em que deve fornecer uma estimativa dos custos envolvidos e as partes negociarão de boa-fé um acordo.

### **II.17.4 Efeitos da rescisão**

O contratante é responsável pelos danos sofridos pela entidade adjudicante na sequência da rescisão do CQ ou de um contrato específico, incluindo os custos de nomeação e contratação de outro contratante para fornecer ou completar os fornecimentos, exceto se os danos resultarem de uma rescisão em conformidade com o artigo II.17.1, alíneas j), k) ou l), ou com o artigo II.17.2. A entidade adjudicante pode exigir uma indemnização por esses danos.

O contratante não tem direito a indemnização por quaisquer perdas resultantes da rescisão do CQ ou de um contrato específico, incluindo a perda de lucros previstos, a menos que a perda tenha sido causada pela situação especificada no artigo II.17.2.

O contratante deve tomar todas as medidas adequadas para minimizar os custos, evitar danos e anular ou reduzir os seus compromissos.

No prazo de 60 dias a contar da data da rescisão, o contratante deve apresentar todos os relatórios e faturas exigidos para os fornecimentos que tenham sido fornecidos antes da data da rescisão.

No caso de propostas conjuntas, a entidade adjudicante pode rescindir o CQ ou um contrato específico com cada membro do agrupamento separadamente, com base no artigo II.17.1, alíneas d), e), g), m) e n), nas condições estabelecidas no artigo II.11.2.

## **ARTIGO II.18 FATURAS, IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO E FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

### **II.18.1 Faturas e imposto sobre o valor acrescentado**

As faturas devem conter os dados de identificação do contratante (ou do líder, no caso de uma proposta conjunta), o montante, a moeda e a data, bem como a referência do CQ e a referência ao contrato específico.

As faturas devem indicar o local de tributação do contratante (ou líder no caso de uma proposta conjunta) para efeitos do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e especificar separadamente os montantes que não incluem o IVA e os montantes incluindo o IVA.

Todas as faturas devem indicar o número de IVA do contratante e da entidade adjudicante.

A entidade adjudicante está isenta de todos os impostos e direitos, incluindo o IVA, em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia.

O contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) deve cumprir as formalidades necessárias com as autoridades competentes para assegurar que os fornecimentos e serviços necessários para a *execução do CQ* estão isentos de impostos e direitos, incluindo o IVA.

## **II.18.2 Faturação eletrónica**

Se previsto nas condições específicas, o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) apresenta faturas em formato eletrónico se estiverem preenchidas as condições relativas à assinatura eletrónica especificadas na Diretiva 2006/112/CE relativa ao IVA, ou seja, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada ou através de intercâmbio eletrónico de dados.

A receção de faturas por formato padrão (pdf) ou e-mail não é aceita.

## **ARTIGO II.19 REVISÃO DOS PREÇOS**

Se estiver previsto um índice de revisão dos preços no artigo I.5.2, o presente artigo é-lhe aplicável.

Os preços são fixos e não estão sujeitos a revisão durante o primeiro ano do CQ.

No início do segundo e de cada ano seguinte do CQ, cada preço pode ser revisto em alta ou em baixa, a pedido de uma das partes.

Uma parte pode solicitar uma revisão dos preços por escrito o mais tardar três meses antes da data de aniversário da entrada em vigor do CQ. A outra parte deve acusar o pedido no prazo de 14 dias a contar da receção.

Na data de aniversário, a entidade adjudicante deve comunicar o índice final do mês em que o pedido foi recebido ou, na sua falta, o último índice provisório disponível para esse mês. O contratante estabelece o novo preço nesta base e comunica-o o mais rapidamente possível à entidade adjudicante para verificação.

A entidade adjudicante adquire com base nos preços em vigor à data de entrada em vigor do contrato específico.

A revisão dos preços é calculada utilizando a seguinte fórmula:

$$PR = Po \times \frac{IR}{IO} (-)$$

em que: PR = preço revisto;

PO = preço na proposta;

IO = índice do mês em que o CQ entra em vigor;

IR = índice do mês em que é recebido o pedido de revisão dos preços.

## **ARTIGO II.20 PAGAMENTOS E GARANTIAS**

## **II.20.1 Data de pagamento**

Considera-se que a data de pagamento é a data em que a conta da entidade adjudicante é debitada.

## **II.20.2 Moeda**

Os pagamentos são efetuados em euros ou na moeda prevista no artigo I.7.

## **II.20.3 Conversão**

A entidade adjudicante efetua qualquer conversão entre o euro e outra moeda à taxa de câmbio diária do euro publicada no Jornal Oficial da União Europeia ou, na sua falta, à taxa de câmbio contabilística mensal, tal como estabelecida pela Comissão Europeia e publicada no sítio Internet abaixo indicado, aplicável no dia da emissão da ordem de pagamento.

O contratante efetua qualquer conversão entre o euro e outra moeda à taxa de câmbio mensal contabilística, estabelecida pela Comissão e publicada no sítio Internet abaixo indicado, aplicável na data da fatura.

[http://ec.europa.eu/budget/contracts\\_grants/info\\_contracts/infoeuro/infoeuro\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/budget/contracts_grants/info_contracts/infoeuro/infoeuro_en.cfm)

## **II.20.4 Custos de transferência**

Os custos da transferência são suportados do seguinte modo:

- (a) a entidade adjudicante suporta os custos de expedição cobrados pelo seu banco;
- (b) o contratante suporta os custos de receção cobrados pelo seu banco;
- (c) a parte responsável pela repetição da transferência suporta os custos da transferência repetida.

## **II.20.5 Garantias de pré-financiamento, de desempenho e de retenção de fundos**

Se, nos termos do artigo I.6, for exigida uma garantia financeira para o pagamento de pré-financiamentos, a título de garantia de boa execução ou de garantia de retenção de fundos, deve preencher as seguintes condições:

- (a) a garantia financeira é prestada por um banco ou uma instituição financeira aprovada pela entidade adjudicante ou, a pedido do contratante e com o acordo da entidade adjudicante, por um terceiro; e
- (b) a garantia tem por efeito fazer com que o banco, a instituição financeira ou o terceiro constituam uma garantia irrevogável ou sejam garantes do primeiro pedido das obrigações do contratante, sem exigir que a entidade adjudicante recorra contra o devedor principal (o contratante).

O contratante suporta o custo da prestação dessa garantia.

As garantias de pré-financiamento devem manter-se em vigor até ao apuramento do pré-financiamento através de pagamentos intermédios ou do pagamento do saldo. Se o pagamento do saldo assumir a forma de uma nota de débito, a garantia de pré-financiamento deve permanecer em vigor durante três meses após o envio da nota de débito ao contratante. A entidade adjudicante deve liberar a garantia no mês seguinte.

As garantias de execução cobrem o cumprimento de obrigações contratuais substanciais até que a entidade adjudicante dê a sua aprovação final para o fornecimento. A garantia de execução não deve exceder 10 % do preço total do contrato específico. A entidade adjudicante deve liberar integralmente a garantia após a entrega do certificado final de conformidade do fornecimento, tal como previsto no contrato específico.

As garantias de retenção cobrem a entrega integral dos fornecimentos em conformidade com o contrato específico, incluindo durante o período de responsabilidade contratual e até que a entidade adjudicante entregue o seu certificado final de conformidade. A garantia de retenção não deve exceder 10 % do preço total do contrato específico. A entidade adjudicante deve liberar a garantia após o termo do período de responsabilidade contratual previsto no contrato específico.

A entidade adjudicante não pode solicitar uma garantia de retenção para um contrato específico se tiver solicitado uma garantia de boa execução.

## **II.20.6 Pagamentos intermédios e pagamento do saldo**

O contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) deve enviar uma fatura para pagamento intermédio, tal como previsto no artigo I.6 ou no caderno de encargos ou no contrato específico.

O contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) deve enviar uma fatura de pagamento do saldo no prazo de 60 dias a contar do termo do período de fornecimento dos fornecimentos, tal como previsto no artigo I.6, no caderno de encargos ou no contrato específico.

O pagamento da fatura e a aprovação de documentos não implicam o reconhecimento da regularidade, autenticidade, exaustividade e exatidão das declarações e informações que contêm.

O pagamento do saldo pode assumir a forma de recuperação.

## **II.20.7 Suspensão do prazo de pagamento**

A entidade adjudicante pode suspender os prazos de pagamento especificados no artigo I.6 a qualquer momento, *notificando* o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) de que a sua fatura não pode ser tratada. As razões que a entidade adjudicante pode invocar para não poder tratar uma fatura são as seguintes:

- (a) porque não está em conformidade com o CQ;
- (b) pelo facto de o contratante não ter apresentado os fornecimentos ou documentos adequados; ou
- (c) porque a entidade adjudicante tem observações sobre os fornecimentos ou documentos apresentados juntamente com a fatura.

A entidade adjudicante deve *notificar* o contratante (ou o líder, no caso de uma proposta conjunta) o mais rapidamente possível, indicando as razões dessa suspensão. Nos casos b) e c) acima referidos, a entidade adjudicante notifica o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) dos prazos para apresentar informações ou correções adicionais ou uma nova versão dos documentos ou prestações concretas, se a entidade adjudicante assim o exigir.

A suspensão produz efeitos na data em que a entidade adjudicante envia a *notificação*. O prazo de pagamento remanescente recomeça a partir da data de receção das informações solicitadas ou dos documentos revistos ou da realização da necessária verificação suplementar, incluindo controlos no local. Se o período de suspensão for superior a dois meses, o contratante (ou o líder no caso de uma proposta conjunta) pode solicitar à entidade adjudicante que justifique a suspensão continuada.

Se os prazos de pagamento tiverem sido suspensos na sequência da rejeição de um documento referido no primeiro parágrafo do presente artigo e o novo documento apresentado for igualmente rejeitado, a entidade adjudicante reserva-se o direito de rescindir o contrato específico em conformidade com o artigo II.17.1, alínea c).

## **II.20.8 Juros de mora**

No termo dos prazos de pagamento previstos no artigo I.6, o contratante (ou líder no caso de uma proposta conjunta) tem direito a juros de mora à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros (taxa de referência), acrescida de oito pontos. A taxa de referência é a taxa em vigor, publicada na série C do *Jornal Oficial da União Europeia*, no primeiro dia do mês em que termina o prazo de pagamento.

A suspensão do prazo de pagamento prevista no artigo II.20.7 não é considerada como dando origem a atrasos de pagamento.

Os juros de mora abrangem o período compreendido entre o dia seguinte ao da data de vencimento do pagamento

e a data de pagamento, inclusive, definida no artigo II.20.1.

No entanto, quando os juros calculados forem iguais ou inferiores a 200 EUR, só devem ser pagos ao contratante (ou ao líder no caso de uma proposta conjunta) se este o solicitar no prazo de dois meses a contar da receção do atraso de pagamento.

## **ARTIGO II.21 RECUPERAÇÃO**

**II.21.1** Se um montante tiver de ser recuperado nos termos do CQ, o contratante deve reembolsar à entidade adjudicante o montante em questão.

### **II.21.2 Processo de recuperação**

Antes da recuperação, a entidade adjudicante deve *notificar formalmente* o contratante da sua intenção de recuperar o montante que reclama, especificando o montante devido e os motivos da recuperação e convidando o contratante a apresentar as suas observações no prazo de 30 dias a contar da sua receção.

Se não tiverem sido apresentadas observações ou se, apesar das observações apresentadas, a entidade adjudicante decidir prosseguir o procedimento de recuperação, deve confirmar a recuperação mediante *notificação formal* de uma nota de débito ao contratante, especificando a data de pagamento. O contratante deve pagar em conformidade com as disposições especificadas na nota de débito.

Se o contratante não pagar até à data de vencimento, a entidade adjudicante pode, após ter informado o contratante por escrito, recuperar os montantes devidos:

- (a) por compensação com quaisquer montantes devidos ao contratante pela entidade adjudicante;
- (b) mediante a mobilização de uma garantia financeira, se o contratante tiver apresentado uma garantia à entidade adjudicante;
- (c) intentando uma ação judicial.

### **II.21.3 Juros de mora**

Se o contratante não cumprir a obrigação de pagar o montante devido na data fixada pela entidade adjudicante na nota de débito, o montante devido vence juros à taxa indicada no artigo II.20.8. Os juros de mora abrangem o período que começa no dia seguinte à data de vencimento do pagamento e termina na data em que a entidade adjudicante recebe o montante total devido.

Qualquer pagamento parcial é imputado, em primeiro lugar, aos encargos e juros de mora e, em seguida, ao montante do capital.

### **II.21.4 Regras de recuperação no caso de uma proposta conjunta**

Se o contrato for assinado por um agrupamento (proposta conjunta), o agrupamento é solidariamente responsável nas condições previstas no artigo II.6 (responsabilidade). A entidade adjudicante enviará a primeira nota de débito ao líder do grupo.

Se o líder não pagar na data de vencimento o montante total, e se o montante devido não puder ser compensado ou só puder ser parcialmente compensado em conformidade com o artigo II.21.2, alínea a), a entidade adjudicante pode reclamar o montante ainda devido a qualquer outro membro ou membros do grupo, notificando-os, respetivamente, com uma nota de débito, em conformidade com o disposto no artigo II.21.2.

## **ARTIGO II.22 CONTROLOS E AUDITORIAS**

**II.22.1** A entidade adjudicante e o Organismo Europeu de Luta Antifraude podem verificar ou exigir uma auditoria à *execução do CQ*. Tal pode ser efetuado pelo próprio pessoal do OLAF ou por qualquer outro organismo externo autorizado a fazê-lo em seu nome.

Esses controlos e auditorias podem ser iniciados em qualquer momento durante o fornecimento dos fornecimentos e até cinco anos a contar do pagamento do saldo do último contrato específico emitido ao abrigo do presente CQ.

O procedimento de auditoria é iniciado na data de receção da carta correspondente enviada pela entidade adjudicante. As auditorias são efetuadas a título confidencial.

**II.22.2** O contratante deve conservar todos os documentos originais armazenados em qualquer suporte adequado, incluindo os originais digitalizados, se tal for autorizado pela legislação nacional, durante um período de cinco anos a contar do pagamento do saldo do último contrato específico emitido ao abrigo do presente CQ.

**II.22.3** O contratante deve conceder ao pessoal da entidade adjudicante e ao pessoal externo autorizado pela entidade adjudicante o direito de acesso adequado aos locais e instalações em que o CQ é executado e a todas as informações, incluindo informações em formato eletrónico, necessárias à realização dessas verificações e auditorias. O contratante deve assegurar-se de que as informações estão prontamente disponíveis no momento do controlo ou da auditoria e, se tal for solicitado, que as informações são entregues num formato adequado.

**II.22.4** Com base nas constatações efetuadas durante a auditoria, é elaborado um relatório provisório. A entidade adjudicante ou o seu mandatário deve enviá-lo ao contratante, que dispõe de um prazo de 30 dias a contar da data de receção para apresentar as suas observações. O contratante deve receber o relatório final no prazo de 60 dias a contar do termo do prazo para a apresentação de observações.

Com base nos resultados finais da auditoria, a entidade adjudicante pode recuperar a totalidade ou parte dos pagamentos efetuados em conformidade com o artigo II.21 e pode tomar quaisquer outras medidas que considere necessárias.

**II.22.5** Em conformidade com o Regulamento (Euratom, CE) n.º 2185/96 do Conselho, de 11 de novembro de 1996, relativo às inspeções e verificações no local efetuadas pela Comissão para proteger os interesses financeiros da União Europeia contra a *fraude* e outras *irregularidades* e com o Regulamento (UE, Euratom) n.º 883/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de setembro de 2013, relativo aos inquéritos efetuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude, o Organismo Europeu de Luta Antifraude pode igualmente realizar inquéritos, incluindo inspeções e verificações no local, para verificar se houve *fraude*, corrupção ou qualquer outra atividade ilegal no âmbito do contrato lesiva dos interesses financeiros da União. As conclusões resultantes de uma investigação podem conduzir a uma ação penal ao abrigo do direito nacional.

As investigações podem ser realizadas em qualquer momento durante a execução do contrato e até cinco anos a contar do pagamento do saldo do último contrato específico emitido ao abrigo do presente CQ.

**II.22.6** O Tribunal de Contas e a Procuradoria Europeia instituída pelo Regulamento (UE) 2017/1939<sup>8</sup> do Conselho («a Procuradoria Europeia») têm os mesmos direitos que a autoridade adjudicante, nomeadamente o direito de acesso, para efeitos de controlos, auditorias e inquéritos.

---

<sup>8</sup> Regulamento (UE) 2017/1939 do Conselho, de 12 de outubro de 2017, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia.

## ANEXO I

**Caderno** de encargos (referência EMSA/NEG/5/2023 de *[inserir data]*)

## **ANEXO II**

Proposta do contratante (referência n.º [preencher] de [inserir data

**ANEXO III**  
**OTA DE ENCOMENDA**

 European Maritime Safety Agency	<b>NOTA DE ENCOMENDA DO CONTRATO-QUADRO</b>			
<b>Agência Europeia da Segurança Marítima</b> Praça Europa 4 1249-206 Lisboa, Portugal Tel.: +351 211 209 200 IVA: 507 685 326	Número da encomenda:	(Nome e endereço do contratante)		
	Moeda de pagamento:			
	Proposta (data e referência):			
Esta encomenda é regida pelas disposições do contrato-quadro n.º ____				
DESCRIÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	Preço em EUR	
			PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
Nos termos dos artigos 3.º e 4.º do Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia, a entidade adjudicante está isenta de todos os impostos e taxas, incluindo o imposto sobre o valor acrescentado, sobre os pagamentos devidos no âmbito do presente contrato. Tal aplica-se à entidade adjudicante nos termos do Regulamento 1406/2002/CE. As empresas com número de IVA português devem incluir o montante do IVA nas suas faturas. Todas as faturas devem indicar o número de IVA do contratante e da entidade adjudicante.	Total líquido:			
	Embalagem			
	Seguro			
	Transporte			
	Montagem			
	[IVA]			
	<b>TOTAL:</b>			
Local de entrega ou execução e/ou Incoterm: Praça Europa 4, 1249-206 Lisboa, Portugal; DDP		<b>Assinatura do contratante</b>		
Data-limite de entrega ou execução:	Nome:			
Condições de pagamento:	Posição:			
	Data:			
<b>Assinatura pela EMSA:</b> Data de emissão: [Nome e título do gestor orçamental]: As faturas só serão pagas se o contratante tiver devolvido a nota de encomenda devidamente assinada. A execução do contrato não pode ter início antes da sua assinatura pela última parte contratante.				
<b>Para mais informações sobre esta nota de encomenda, queira contactar:</b> Entidade adjudicante — Agência Europeia da Segurança Marítima Praça Europa 4, 1249-206 Lisboa, Portugal Tel: +351 21 1209 452, correio eletrónico: Francisco.BARAONA@emsa.europa.eu As faturas devem ser enviadas através do e-Prior, tal como previsto no CQ.				

